

Karin Wall

Capítulo 12

Os grupos domésticos de co-residência

Introdução

Tanto no passado como no presente, os grupos domésticos de co-residência são configurações instáveis, de contornos variados, que se fazem e desfazem em função dos acontecimentos individuais e familiares e também sob o efeito de mudanças sociais e movimentos da população que afectam a dispersão geográfica e a situação económica dos membros da família.

Agarrar por um instante, num único momento fotográfico, a estrutura do grupo doméstico, fazendo parar o tempo individual, familiar e social, é, no mínimo, decepcionante quando pensamos na complexidade das trajetórias individuais e familiares. É a fotografia que obtemos, a única possível, sempre que fazemos um corte transversal no tempo e classificamos, num dado momento, um conjunto de pessoas que vivem debaixo do mesmo tecto. A esse grupo de pessoas que residem na mesma casa e que partilham (ou não) os recursos disponíveis convencionou chamar-se «grupo ou agregado doméstico» (*Ménage/Household*). É uma noção que assenta no critério da co-residência (partilha de um alojamento), por oposição ao conceito de família que remete sempre para o critério dos laços de consanguinidade e de aliança. A família está quase sempre presente no grupo doméstico, mas também pode não estar.

Qual o ímpeto, pergunta-se, que levou várias gerações de sociólogos, historiadores, antropólogos e demógrafos a trabalharem laboriosamente no estudo da composição da família e do grupo doméstico?

A questão teve como principal motor o debate evolucionista sobre a passagem da família antiga para a família moderna. No centro deste debate estava uma interrogação: quão extenso e complexo era o grupo doméstico/a família no passado? Subjacente também à classificação inicial dos tipos de grupo doméstico existia uma preocupação associada aos objectivos de reforma social na segunda metade do século XIX, ou seja, a vontade de identificar a estrutura doméstica mais estável e integradora dos indivíduos.

Testar as hipóteses de Le Play e de Durkheim relativas à presença da família de estrutura complexa e dimensão elevada no passado foi uma tarefa que mobilizou, sobretudo até aos anos 60, uma grande parte dos cientistas sociais europeus que trabalhavam sobre a família. A história da família e a demografia, utilizando novas fontes e aproveitando o desenvolvimento da estatística, tiveram aí o papel de actor principal (Collomp, 1991). A escola demográfica francesa, analisando os registos paroquiais, traçou um quadro mais preciso dos comportamentos das famílias – idade tardia do casamento, espaço entre os nascimentos superior a dois anos, elevada mortalidade infantil –, destruindo assim o mito da família antiga composta por casais jovens com uma progenitura numerosa (Dupâquier, 1988). A escola demográfica de Cambridge, com a ajuda dos recenseamentos antigos, teve o mérito de propor a tipologia dos agregados domésticos e mostrar que a dimensão média do agregado doméstico no passado era pouco elevada, a família nuclear predominante e a complexa apenas uma forma de co-residência, entre outras (Laslett e Wall, 1972). Por último, historiadores e antropólogos, trabalhando sobre a história do direito de sucessão e sobre terrenos de investigação limitados, sublinharam a diversidade das formas de co-residência, assim como a complexidade da sua repartição social e geográfica (Berkner, 1972; Bourdieu, 1972; Augustins, 1982; Collomp, 1983; Segalen, 1985; Burguière, 1986; Rowland, 1984; entre outros).

Reconhecida a pluralidade das estruturas domésticas e a predominância da família nuclear no passado, a questão da evolução da família é reequacionada em termos de um movimento de privatização progressiva e da passagem de um modelo «institucional» e assimétrico da família para um modelo «relacional» centrado em objectivos expressivos e mais democráticos. A controvérsia tradicional sobre uma lei de evolução histórica perde terreno na sociologia e cede o lugar à caracterização do novo modelo: escolha livre do cônjuge, finalidade afectiva do casamento, perenidade do grupo e complementaridade dos papéis familiares. Este modelo, nuclear por excelência, parecia corresponder às condições estruturais da sociedade moderna e encontrou uma teorização relativamente precisa e coerente no funcionalismo parsoniano.

O interesse pela questão da co-residência vai, no entanto, surgir de novo no contexto das mudanças demográficas dos anos 70 e 80, associado agora à controvérsia sobre a origem, a diversidade e a duração provável das mudanças nos comportamentos conjugais e familiares (divórcio, queda da fecundidade e da nupcialidade, novos tipos de família, questionamento dos papéis femininos e masculinos tradicionais). Para alguns autores (Kellerhals e Roussel, 1987) foram mesmo estas mudanças que provocaram um «abanão» na sociologia da família, recolhida até aí a pensar a evolução e as funções da família, dando-lhe um campo novo de observação e uma tonalidade de urgência.

As mutações demográficas dos anos 70 e 80 voltam a chamar a atenção para o problema da diversidade das estruturas de co-residência. Como caracterizar esses estilos diferenciados? Que importância atribuir às «novas» configurações domésticas de famílias monoparentais ou de famílias recompostas? A variável da co-residência nem sempre é trabalhada sistematicamente, mas serve, apesar de tudo, como ponto de partida para a análise das lógicas de funcionamento de um certo tipo de estrutura doméstica: as famílias monoparentais, as pessoas sós, os casais sem filhos, as famílias recompostas (Le Gall e Martin, 1987; Meulders-Klein e Théry, 1993; Kaufmann, 1994b). A demografia continua, por outro lado, a produzir dados estatísticos sistemáticos sobre os grupos domésticos das famílias europeias. Os dados são lidos, em primeiro lugar, para identificar o lugar relativo das novas configurações familiares. Mas também constituem uma referência obrigatória para os sociólogos que acompanham a diversidade dos espaços domésticos. O número de pessoas idosas a viverem sozinhas está a aumentar ou a diminuir? As mães e os pais sós com filhos preferem viver em famílias complexas ou sozinhos? O aumento dos casais sem filhos atravessa todos os países europeus ou só alguns?

As limitações inerentes a estes dados sobre os grupos domésticos são, no entanto, reconhecidas e tidas em conta. Os demógrafos previnem que os recenseamentos produzem uma fotografia de situações domésticas cuja legenda está incompleta: os laços sociais entre os indivíduos co-residentes nem sempre são explícitos e as fotografias não registam o passado, ou seja, a trajectória das «situações familiares», nem os significados da co-residência. É impossível, por exemplo, perceber as formas de co-residência conjugal apenas através das estatísticas sobre os agregados de casais com e sem filhos, já que existem casais em união de facto que mantêm sempre dois espaços domésticos (em França representam 7% do total dos casais em união de facto) (Villeneuve-Gokalp, 1997). A própria demografia tem procurado ultrapassar algumas destas limitações, propondo a realização de inquéritos específicos, mais ricos em informações biográficas, e de «estu-

dos de painel» que efectuam recenseamentos de doze em doze meses para captar as mudanças e as razões das mudanças domésticas no curto prazo. Também a sociologia e a demografia histórica passaram a analisar os dados sobre os grupos domésticos e a família, trabalhando-os de forma aprofundada no tempo e no espaço (Hareven, 1982; Barbagli, 1988; Kertzer, 1995; Segalen, 1991; Bonvalet, 1993; Martins Pereira, 1995). Por exemplo, cruzando o tipo de grupo doméstico com os grupos de idade para obter uma imagem da co-residência em função da idade dos indivíduos e procurando perceber o espaço social que envolve o grupo doméstico de co-residência (contextos de trabalho fabril ou agrícola, famílias que vivem em «ilhas» ou prédios multifamiliares, contextos de imigração, etc.). A tendência, em suma, é para tentar conciliar uma perspectiva demográfica tradicional com uma perspectiva desenvolvimentista (ou processual) que sublinha a influência das fases da vida e do tempo na organização do espaço doméstico. Em segundo lugar, para não esquecer o espaço social envolvente, desde o padrão de residência (casa isolada, bairro de lata ou ilha, etc.) e a rede de parentes mais alargada até aos constrangimentos externos, sócio-económicos e habitacionais, nos modos de estruturar a família e a co-residência.

Do lado da antropologia, a investigação nos anos 80 e 90 também procurou libertar-se do «jogo doméstico da co-residência», como lhe chamou Verdon (Verdon, 1980). Insistindo no facto de as relações e as experiências familiares extravasarem sistematicamente o grupo doméstico, o seu olhar deslocou-se da co-residência para uma análise mais alargada dos laços sociais primários e das relações familiares (Arriscado Nunes, 1993; Pina Cabral, 1989; Bestard, 1998). Rejeitada nos anos 80, a co-residência só volta a ser tratada e repensada no fim dos anos 90 (Verdon, 1998) e sempre rodeada de cuidados epistemológicos que demonstram as limitações do conceito. Um dos aspectos mais interessantes da discussão que se reabre é a definição do conceito de co-residência. Na perspectiva de Verdon, a co-residência, enquanto utilização de um tecto ou de um espaço comum, deve ser considerada uma actividade própria, que se demarca e é analisada separadamente das outras actividades domésticas (de comensalidade, de partilha de recursos ou de afectos, etc.). Por outras palavras, a co-residência nem sempre implica «convivência» ou comunidade. Pode até existir sem «vida em comum» entre os co-residentes. Nesse sentido, importa dar alguma autonomia ao conceito e evitar outros, como o de «convivência» (Saraceno, 1988), que pressupõem uma articulação necessária entre a co-residência e outras actividades domésticas.

O trabalho de campo continuou, por outro lado, a aprofundar a articulação complexa entre sociedade, família e co-residência. Em Portugal,

uma vez ultrapassada a noção de que os grupos domésticos de família complexa predominavam no passado (O'Neill, 1978; Rodrigues, 1985; Silva, 1991; Feijó *et al.*, 1986; Arriscado Nunes, 1986; Pereira, 1995; Wall, 1998a), foi possível identificar contextos sociais, históricos e geográficos que favoreceram os agregados de família complexa e também começar a explorar os significados diferentes da própria co-residência. No primeiro plano de análise, concluiu-se que a complexidade familiar se associou não só a contextos de pequena agricultura, encontrando-se aí de forma predominante nas famílias de lavradores (tanto no passado como no presente) (Wall, 1998a), mas também a contextos de semi-industrialização e aos processos de migração para as grandes cidades. Bairros como o de Alfama, onde as actividades portuárias foram um pólo de atracção para sucessivas gerações de migrantes, produziram e reproduziram uma solidariedade assistencial, assente em práticas de hospedagem de migrantes e de acolhimento de parentes para fazer face a carências económicas e de alojamento, que se traduziu ao longo do século em percentagens elevadas de grupos domésticos complexos e num «espírito de entreajuda» que valoriza a complexidade doméstica (Santos Silva, 2001).

É, aliás, o espírito de entreajuda familiar que, segundo os estudos qualitativos realizados nos últimos anos sobre as famílias portuguesas, está quase sempre na base de co-residências mais ou menos prolongadas de casais, casais com filhos ou famílias monoparentais com outros parentes. A co-residência permanente de dois casais por razões de herança da propriedade agrícola, isto é, o significado «sucessório» da co-residência associado à família-tronco rural (Wall, 1998a), restringe-se a um grupo social específico e, dada a diminuição da população activa agrícola, tem pouco peso em termos numéricos. É, portanto, uma solidariedade mais de tipo «funcional» (Wall, 1998a) ou «assistencial» (Santos Silva, 2001; Wall *et al.*, 2002) que predomina na sociedade contemporânea. A co-residência com outras pessoas pode ser desencadeada por factores materiais, como as carências económicas e de alojamento, por factores associados a cuidados prestados a pessoas dependentes ou doentes e ainda por problemas provocados por certas situações de crise (solidão, crianças abandonadas) ou transições familiares difíceis, como a viuvez, a gravidez imprevista de uma filha solteira, um divórcio ou uma separação.

Por outro lado, no plano quantitativo, os recenseamentos da população portuguesa mostram uma gradual diminuição da proporção de agregados domésticos de família complexa ao longo das últimas décadas: de 15% em 1960 para 14% em 1991 e 10% em 2001 (Wall, 2003). Pelo contrário, nos países do Centro e do Norte da Europa, o modelo da co-residência entre as gerações diminuiu fortemente ao longo das últimas décadas (Attias-

-Donfut *et al.*, 2002). Para Segalen (1999) foi sobretudo a crise do alojamento nos anos a seguir à guerra que manteve, até aos anos 60 e em países como a França, a Inglaterra ou a Bélgica, proporções mais elevadas de grupos domésticos complexos. A melhoria das condições de vida e de alojamento, assim como a evolução do Estado-providência, associada a equipamentos colectivos melhorados e pensões/subsídios mais generosos, alteraram gradualmente a co-residência entre as gerações. No início dos anos 90, a proporção de agregados domésticos hoje chamados «atípicos» pela Eurostat (que não são de uma pessoa só ou de uma família nuclear – de casal, casal com filhos ou monoparental – e que contêm frequentemente três ou mais gerações) apenas representava 5% em França e na Bélgica e 9% no Reino Unido, mas tinha valores mais elevados em Portugal (18%) e nos outros países da Europa do Sul (Eurostat, 1996). Isto não significa o desaparecimento da entajuda familiar nas famílias europeias. Como demonstraram vários autores, as solidariedades intergeracionais continuam a ser intensas e o «novo espírito de família» é um misto de «memórias e identidades partilhadas, afectos, convívios e confiança, relações desinteressadas, um seguro contra a adversidade, redes de informação em contínuo...» (Attias-Donfut *et al.*, 2002, p. 251.) No plano dos parentes são sobretudo os parentes em linha vertical que são o alvo privilegiado das trocas. A nível dos princípios, a solidariedade e o afecto em relação aos familiares próximos são naturalmente assumidos, mas também não se questiona a obrigação moral da família de apoiar os pais ou os avós doentes ou idosos. Estes princípios articulam-se, no entanto, com os desejos de independência e de privacidade tanto dos mais velhos como dos mais novos, sendo a intimidade do casal e da família nuclear, centrada na independência residencial, um elemento fundamental da mesma. Em suma, apoiar os pais ou os avós doentes significa cada vez mais combinar apoios, tanto públicos como privados, e conciliar princípios e sentimentos (afectos, obrigações, desejo de privacidade, autonomia, vontade de reciprocidade). A co-residência prolongada com outros parentes aparece nesta equação apenas como uma solução de recurso, e não como um princípio.

Em resumo, a questão da co-residência, sendo lateral a algumas das grandes questões – formas de conjugalidade, trajetórias familiares, afectos e intimidade, tipos de interacção, relações intergeracionais – tratadas hoje na sociologia da família, toca indirectamente em todas elas. Perceber a construção do espaço de co-residência significa analisar as fronteiras entre as gerações, as distâncias e as proximidades físicas entre pessoas aparentadas, a intensidade do sentimento de autonomia e os constrangimentos externos, como a falta de alojamento, que podem pesar sobre a privacidade dos casais e as trajetórias individuais e familiares. Por últi-

mo, no caso da sociedade portuguesa, é uma questão que, por introduzir ainda alguns contrastes relativamente a outros países europeus, constitui um desafio adicional.

Partindo, em termos teórico-metodológicos, dos diversos enfoques acima analisados, a nossa análise estrutura-se à volta de três grandes questões e hipóteses de trabalho. Procurando ir além de uma visão estática fornecida pelo retrato dos grupos domésticos no momento actual, colocámos a hipótese de a forma de co-residência poder variar ao longo da vida conjugal e familiar, encontrando-se nas famílias de casais com filhos uma variedade de *trajetórias domésticas ou residenciais*, umas assentes ao longo do tempo na família simples do casal com ou sem filhos, outras alternando entre a co-residência em família simples e a co-residência em famílias complexas. Num inquérito quantitativo é difícil obter o conjunto de informações necessárias para reconstruir de forma exaustiva os percursos familiares de co-residência. Privilegiámos, assim, três momentos da trajetória familiar (o início da conjugalidade, o momento do nascimento do primeiro filho, o momento actual, em que o casal tem pelo menos um filho entre os 6 e os 16 anos a residir em casa) e procurámos construir uma tipologia de trajetórias domésticas com base nos tipos de grupo doméstico associados a esses três momentos da vida familiar. Ainda dentro desta perspectiva processual, procurou-se analisar a influência da variável «idade», colocando-se a hipótese de que a idade das mulheres no momento actual e no momento de entrada na conjugalidade influenciasse o estilo de co-residência; pensou-se aqui, e de acordo com outros estudos sobre as solidariedades familiares, que as mulheres mais velhas, e por isso com pais mais idosos, tivessem mais tendência para viverem em grupos domésticos de família complexa.

Uma segunda questão prende-se com o significado da co-residência. Apesar de alguns estudos apontarem para o significado predominante da entajuda ou «assistência» entre parentes, quisemos averiguar em detalhe as razões da co-residência, procurando estabelecer se para as próprias entrevistadas se tratava de problemas de alojamento, de carências económicas em geral, de apoio dado a familiares idosos ou doentes, de um sentimento de dívida em relação aos familiares com quem residem ou ainda de outros motivos. No inquérito, a pergunta foi deixada em aberto para podermos captar uma variedade de respostas. Embora não substitua a riqueza das respostas dadas numa entrevista em profundidade, tratou-se de uma primeira aproximação, a nível de um inquérito representativo, desta questão. Dado o baixo nível de vida de grande parte das famílias portuguesas e as deficientes estruturas colectivas de acolhimento de idosos, esperávamos encontrar as carências económicas/de alojamento e o apoio a idosos como

principais razões referidas pelas entrevistadas. Por último, e ainda com o objectivo de compreender melhor o significado da co-residência, procurámos indagar sobre a *forma social de co-residência*, uma dimensão que remete para a relação da co-residência com outros domínios da vida doméstica (comensalidade, por exemplo). Trata-se aqui de verificar se a complexidade, associada à partilha de um espaço físico, implica uma «vida em comum» ou convivência com as outras pessoas ou, pelo contrário, uma «vida em separado», isto é, uma partilha do mesmo tecto sem partilha de outros domínios ou actividades da vida familiar.

Em terceiro lugar, a questão dos factores sociais que, para além do percurso familiar, podem fazer variar a composição do grupo doméstico e as trajectórias domésticas: a influência da posição sócio-profissional e do nível de instrução, a pertença a uma classe social associada a um certo estilo de co-residência (por exemplo, de família-tronco, no campesinato), a pertença a diferentes coortes de entrada na conjugalidade (mulheres que casaram em tempos sociais diferentes: nos anos 70, nos anos 80 ou nos anos 90) e ainda a adesão a normas que sublinham a solidariedade familiar e as sociabilidades entre parentes próximos. Dada a importância já referida da entreaajuda «assistencial» para fazer face a problemas económicos e de alojamento, pensámos que a posição social, por um lado, e a entrada na conjugalidade em décadas de maiores dificuldades económicas para as famílias (anos 70), por outro lado, seriam factores mais determinantes do que a orientação, mais ou menos positiva, perante a entreaajuda familiar e as sociabilidades familiares.

Partimos no nosso estudo da definição adoptada por Verdon e que define o agregado doméstico como «um grupo de pessoas que partilham o mesmo espaço físico», ou seja, um conjunto de pessoas unidas por critérios locacionais (dormem sob o mesmo tecto) e que poderão ou não unir-se também por critérios funcionais (partilha do orçamento doméstico, sociabilidades conjuntas, comensalidade, etc.).

Para caracterizar a composição dos grupos domésticos de co-residência escolhemos cinco dimensões de análise¹. As primeiras dizem respeito ao

¹ Utilizamos aqui a tipologia de Laslett (1972), recorrendo apenas à secção da tipologia que diz respeito aos grupos domésticos de família simples, de família alargada e de família múltipla. Julgámos conveniente introduzir algumas adaptações, analisando, por exemplo, a ligação privilegiada à família de um dos cônjuges no caso das famílias complexas e introduzindo o conceito de família «aumentada» (por uma pessoa não aparentada) de T. Hareven (1982). As perguntas que permitiram construir estas variáveis de caracterização do grupo doméstico faziam uma lista de todos indivíduos co-residentes e pediam as suas características: idade, sexo, estado civil, relação de parentesco com ego (mulher entrevistada) ou com o marido de ego.

número de núcleos familiares e ao tipo de pessoas (aparentadas/não aparentadas) que existem no interior do grupo doméstico de co-residência. Considera-se núcleo familiar um casal, um casal com filhos e uma mãe ou um pai com filhos². No nosso estudo, o grupo doméstico de co-residência contém sempre à partida³ um núcleo de casal ou de um casal com filhos: estas famílias com apenas um núcleo serão consideradas «famílias simples». Para além da família simples, o grupo doméstico pode incluir outras pessoas não aparentadas, outros parentes e/ou outros núcleos aparentados, tratando-se então de um grupo doméstico de «família complexa». Será considerada «alargada» quando, para além do núcleo conjugal com ou sem filhos, se encontram no grupo doméstico outros parentes co-residentes que não formam outro núcleo, «múltipla» quando o agregado inclui, para além do casal com ou sem filhos, outros núcleos familiares aparentados a este e «aumentada» quando a família simples vive com outras pessoas não aparentadas.

As restantes dimensões permitem aprofundar a caracterização das famílias complexas. Para identificar a estrutura do parentesco no caso das famílias alargadas ou múltiplas analisámos o *género* dos parentes, assim como a *linha* e a *direcção do parentesco*, tomando sempre como ponto de referência a mulher e o marido dos casais estudados. No que diz respeito à linha e à direcção do parentesco, trata-se, por um lado, de verificar se o alargamento se faz a ascendentes, a descendentes ou a colaterais e, por outro, de identificar o tipo de «lateralização», isto é, se a complexidade familiar assenta em parentes do lado da mulher ou do lado do homem.

Tipos de grupo doméstico e momentos da vida familiar

Os resultados mostram que predominam sempre, em qualquer momento da vida familiar, os grupos domésticos de família simples. No quadro n.º 12.1 constata-se que representam mais de dois terços do total nos três

² Considerámos família monoparental um pai ou uma mãe só com filho(s) de qualquer idade e estado civil.

³ No momento actual existe sempre um casal co-residente com pelo menos um filho co-residente. Nos outros momentos da vida familiar, o casal podia não estar a viver na mesma residência. Existem alguns casos (v. quadro n.º 12.3). São casos em que o marido está emigrado ou a fazer a tropa, estando a mulher a viver com outros parentes.

momentos estudados: 69,4% no início da conjugalidade, 73,4% na altura do nascimento do primeiro filho, 88,1% no momento actual.

De salientar, no entanto, as diferenças entre os três momentos da vida familiar. Ao contrário da nossa hipótese de partida, é no início da vida conjugal, e não no momento actual, que existe uma tendência mais marcada para viver em grupos domésticos de famílias complexas: 30,6%, quase um casal em cada três, viveram com outros parentes aquando do início da vida conjugal. São casais que viveram sobretudo em famílias múltiplas (22,4%), ou seja, com outros núcleos familiares de casais ou de pais sós com filhos, o que aponta para situações em que o casal mais novo é acolhido por uma família já constituída, e não o contrário. Note-se também que as famílias «aumentadas», em que o casal com ou sem filhos vive com pessoas não aparentadas⁴, representam, tanto neste momento como nos outros, uma proporção insignificante do total de grupos domésticos.

Tipos de grupo doméstico por momentos da vida familiar

[QUADRO N.º 12.1]

Grupos domésticos de famílias...	Início da conjugalidade		Nascimento do primeiro filho		Actualmente	
	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem
Simplex.....	1 175	69,4	1 288	73,4	1 565	88,1
Complexas.....	519	30,6	466	26,6	211	11,9
Alargadas.....	134	7,9	138	7,9	133	7,5
Múltiplas.....	380	22,4	322	18,4	72	4,1
Aumentadas.....	5	0,3	6	0,3	6	0,3
Total.....	1 694	100,0	1 754	100,0	1 776	100,0

Na altura do nascimento do primeiro filho⁵, a tendência para viver em grupos domésticos de famílias complexas (e múltiplas no interior destas) mantém-se, diminuindo, no entanto, ligeiramente de 30,6% para 26,6%

⁴ Trata-se sobretudo de empregadas domésticas, mas também existem alguns casos de outras pessoas não aparentadas (hóspedes, co-arrendatários e um caso de uma criança que foi acolhida pela família).

⁵ Este momento da vida familiar teve lugar, em média, 2,4 anos depois do início da vida conjugal.

(com 18,4% de famílias múltiplas). Por último, no momento actual, em que os membros do casal estão casados ou coabitam, em média, há dezasseis anos, os grupos domésticos de co-residência são diferentes. Quase todos os casais estão em famílias simples (88,1%) e apenas uma pequena proporção em famílias complexas, sendo estas sobretudo alargadas, ou seja, neste momento da vida familiar a tendência é para os casais viverem com outros parentes que não formam um núcleo familiar, sugerindo tratar-se de situações em que o parente é acolhido pelo casal, e não o contrário.

Os dados do quadro n.º 12.2 confirmam a tendência para a co-residência em famílias simples. Através da «trajectória doméstica» das famílias procurámos ver se o grupo doméstico foi *sempre de família simples* nos três momentos, *sempre de família complexa* ou se passou de um tipo de grupo doméstico para outro (de família complexa para simples, ou vice-versa). Verifica-se que a maior parte dos casais teve uma trajectória doméstica «sempre simples» (62,7%). No entanto, ainda nos resta uma proporção elevada, mais de um terço (37,3%) do total dos casais, que em pelo menos um dos três momentos referidos viveu ou vive num grupo doméstico de família complexa. A experiência da co-residência em famílias complexas é, portanto, bem mais frequente quando se analisa a vida familiar no tempo do que quando se faz um único corte transversal. De sublinhar, porém, que a co-residência permanente com outros parentes ao longo de toda a vida conjugal (viver *sempre em família complexa*) é pouco significativa. Trata-se assim, predominantemente, de uma co-residência pontual, em determinados momentos da vida familiar.

É interessante olhar com mais atenção para o tipo de trajectória que predomina no caso dos casais que passam por famílias complexas (quadro n.º 12.2). De facto, é bastante raro viver sempre em família complexa (apenas 7% do total das trajectórias), mas é comum passar de uma família complexa, geralmente múltipla, para uma família simples (*complexa para simples*: 23,8%). São números que sugerem, no caso de uma proporção bastante elevada de casais que se formaram ao longo das últimas décadas em Portugal, uma passagem tardia ou difícil para uma residência neolocal, separada dos outros parentes, já que muitos casais se alojaram durante algum tempo em casa de outros parentes antes de residirem sozinhos. Por último, a trajectória inversa – passar de uma família simples para uma família complexa – representa proporções pouco elevadas (*simples para complexa*, 4,5%, e *simples, complexa, simples*, 1,5%) e poderá associar-se, por um lado, ao acolhimento temporário de parentes, sobretudo dos mais idosos ou doentes, a seguir a uma etapa de residência «independente» em família simples e, por outro, à co-residência temporária com outras pessoas para receber ajuda na altura do nascimento do primeiro filho.

Tipos de trajetória doméstica*

[QUADRO N.º 12.2]

	Número	Porcentagem
Sempre simples.....	1 102	62,7
Sempre complexa (subtotal).....	122	7,0
Sempre alargada.....	39	2,1
Sempre múltipla.....	46	2,6
Múltipla, múltipla, alargada.....	27	1,5
Múltipla, alargada, alargada.....	5	0,3
Alargada, alargada, múltipla.....	3	0,2
Alargada, múltipla, alargada.....	1	0,1
Múltipla, alargada, múltipla.....	1	0,1
Complexa para simples (subtotal).....	417	23,8
Múltipla, múltipla, simples.....	229	13,0
Múltipla, simples, simples.....	79	4,5
Alargada, alargada, simples.....	70	4,0
Alargada, simples, simples.....	31	1,8
Múltipla, alargada, simples.....	7	0,4
Alargada, múltipla, simples.....	1	0,1
Simples para complexa (subtotal).....	79	4,5
Simples, simples, múltipla.....	19	1,1
Simples, múltipla, múltipla.....	1	0,1
Simples, simples, alargada.....	48	2,7
Simples, alargada, alargada.....	9	0,5
Simples, múltipla, alargada.....	2	0,1
Simples, complexa, simples (subtotal).....	25	1,5
Simples, alargada, simples.....	11	0,7
Simples, múltipla, simples.....	14	0,8
Complexa, simples, complexa (subtotal).....	9	0,5
Alargada, simples, alargada.....	3	0,2
Múltipla, simples, múltipla.....	2	0,1
Múltipla, simples, alargada.....	4	0,2
Total	1 754	100,0

* Dado o número reduzido de famílias «aumentadas», estas foram incluídas nas famílias «alargadas».

Famílias complexas

O parentesco nas famílias alargadas e múltiplas

Se olharmos agora para as famílias alargadas e múltiplas, que constituem a quase totalidade das famílias a viverem com outras pessoas (quadro n.º 12.3), podemos verificar que se destacam as famílias alargadas a *ascen-*

de,ites e as múltiplas com *núcleo secundário ascendente*. Viver em casal e com outros parentes significa, quase sempre, partilhar a casa com parentes em linha ascendente (pais, avós, padrinhos⁶) e, mais raramente, apenas com parentes colaterais (tios, tias, irmãos, irmãs, cunhados e cunhadas, sobrinhos). Num número muito pequeno de casos, nos dois primeiros momentos da vida familiar, também pode significar não viver em casal, estando o marido emigrado ou na tropa e a mulher a viver em casa dos pais ou com parentes do marido (v. a categoria «cônjuge ausente», quadro n.º 12.3).

Curiosamente, existe alguma variação segundo os momentos da vida familiar. Nos dois primeiros, em que predominam as famílias múltiplas, encontramos proporções elevadas de grupos domésticos em que o casal reside com outro casal. São sobretudo situações de co-residência com um casal em linha ascendente (56,8% no início da conjugalidade e 55,6% na altura do nascimento do primeiro filho), mas também existem proporções pouco elevadas de co-residência com casais de colaterais (4,2% e 3,7%) ou com vários núcleos (3,7% e 3,9%), sendo a situação mais típica, neste último caso, a de co-residência com os pais e também com uma irmã ou um irmão casado com ou sem filhos. No momento actual, pelo contrário, a co-residência faz-se sobretudo com ascendentes que não formam um casal (46,9%) e, quando diz respeito a casais, inclui não só casais em linha ascendente (19%), mas também em linha descendente (7,6%).

Se analisarmos as famílias de uma outra perspectiva, a da lateralização dos parentes co-residentes, descobrimos que o alargamento se faz mais aos parentes do lado da mulher (quadro n.º 12.4). Repare-se, no entanto, que o alargamento aos parentes do homem é, sobretudo no início da conjugalidade, bastante elevado (41,6%), sugerindo assim que, do ponto de vista do acolhimento de casais recém-formados, a casa dos pais do marido é uma opção mais ou menos equivalente à casa dos pais da mulher. Nos outros dois momentos da vida familiar, a importância relativa da co-residência com os parentes do lado do marido diminui, mas representa mesmo assim cerca de um terço do total. Esta diminuição não será com certeza alheia ao facto de estes momentos da vida familiar implicarem mais situações de cuidados prestados a pessoas dependentes e também à tendência para os cuidados serem tradicionalmente assumidos pelas filhas (por exemplo, no caso de uma pessoa idosa ou doente). No entanto, apesar da maior importância relativa dos parentes do lado da mulher, podemos considerar que os dados apontam para uma co-residência orientada por um

⁶ Os padrinhos foram considerados neste trabalho parentes (espírituais) em linha ascendente.

Famílias complexas: tipos de grupo doméstico por momentos da vida familiar

[QUADRO N.º 12.3]

Grupos domésticos de famílias...	Início da conjugalidade		Nascimento do primeiro filho		Actualmente	
	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem
Alargadas (subtotal)	134	25,8	138	29,6	133	63,2
... a ascendentes.....	105	20,2	105	22,5	99	46,9
Lado mulher.....	62	11,9	65	13,9	64	30,4
Lado homem.....	40	7,7	36	7,7	33	15,6
Lado mulher e lado homem.....	3	0,6	4	0,9	2	0,9
... a colaterais.....	24	4,6	32	6,9	29	13,9
Lado mulher.....	13	2,5	20	4,3	20	9,5
Lado homem.....	9	1,7	11	2,4	8	3,9
Lado mulher e lado homem.....	2	0,4	1	0,2	1	0,5
... a descendentes.....	—	—	—	—	3	1,4
... a vários.....	5	1,0	1	0,2	2	1,0
Lado mulher.....	2	0,4	—	—	1	0,5
Lado homem.....	2	0,4	1	0,2	—	—
Lado mulher e lado homem.....	1	0,2	—	—	1	0,5
Múltiplas (subtotal)	375	72,2	318	68,2	72	34,0
... com núcleo secundário ascendente.....	334	64,3	286	61,4	49	23,2
Casal.....	295	56,8	259	55,6	40	19
Lado mulher.....	167	32,1	159	34,1	24	11,4
Lado homem.....	128	24,7	100	21,5	16	7,6
Monoparental.....	39	7,5	27	5,8	9	4,2
Lado mulher.....	27	5,2	22	4,7	3	1,4
Lado homem.....	12	2,3	5	1,1	6	2,8
... com núcleo secundário lateral.....	22	4,2	14	3,0	2	0,9
Casal.....	22	4,2	12	2,6	2	0,9
Lado mulher.....	11	2,1	6	1,3	2	0,9
Lado homem.....	11	2,1	6	1,3	—	—
Monoparental.....	—	—	2	0,4	—	—
Lado mulher.....	—	—	1	0,2	—	—
Lado homem.....	—	—	1	0,2	—	—
... com vários núcleos secundários.....	19	3,7	18	3,9	3	1,4
Lado mulher.....	6	1,2	4	0,9	3	1,4
Lado homem.....	13	2,5	14	3,0	—	—
... com núcleo secundário descendente.....	—	—	—	—	18	8,5
Casal.....	—	—	—	—	16	7,6
Monoparental.....	—	—	—	—	2	0,9
Aumentadas*	5	1	6	1,3	6	2,8
Cônjuge ausente*	5	1	4	0,8	—	—
Mulher e ascendentes, lado da mulher.....	4	0,8	3	0,6	—	—
Mulher e casal lateral, lado do marido.....	1	0,2	1	0,2	—	—
Total	519	100,0	466	100,0	211	100,0

* Dado o pequeno número de casos, estes dois tipos de grupo doméstico foram incluídos na categoria das famílias alargadas nos outros quadros.

princípio tendencialmente bilateral do parentesco. Não só estamos longe de uma direcção exclusivamente matrilateral, como também o momento da vida familiar e os motivos da co-residência parecem poder reforçar ou reduzir o peso da co-residência orientada para o lado da mulher.

Lateralização dos grupos domésticos de família complexa por momentos da vida familiar

[QUADRO N.º 12.4]

	Início da conjugalidade		Nascimento do primeiro filho		Actualmente	
	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem
Lado da mulher.....	292	56,3	279	60,0	117	55,5
Lado do homem.....	216	41,6	175	37,6	63	29,9
Lado da mulher e do homem.....	6	1,1	6	1,2	25	11,8
Aumentados (sem lado).....	5	1,0	6	1,2	6	2,8
Total	519	100,0	466	100,0	211	100,0

Ainda no plano da linha do parentesco, é interessante analisar quem são os parentes que se encontram nos grupos domésticos das famílias complexas. Como seria de esperar, dada a importância já referida do alargamento aos parentes e núcleos em linha ascendente, mais de metade dos parentes, tanto nas famílias múltiplas como nas alargadas, são *os pais* do casal entrevistado: 64% nas alargadas e 57,2% nas múltiplas no início da vida conjugal; 62,2% nas alargadas e 56,2% nas múltiplas na altura do nascimento do primeiro filho; 65,6% e 59,1% no momento actual (quadro n.º 12.5). Os pais não são, no entanto, os únicos ascendentes. Em proporções baixas, os avós também estão presentes, sobretudo as avós da mulher nas famílias alargadas, e mais nos dois primeiros momentos do que no momento actual.

Os colaterais são o segundo grande grupo de parentes, representando cerca de um quarto do total de parentes nas famílias alargadas e mais de 40% nas famílias múltiplas nos dois primeiros momentos da vida familiar. Nestes dois momentos são sobretudo os irmãos e as irmãs do marido e da mulher que estão presentes, o que aponta para situações em que o casal

recém-formado reside na família de orientação de um deles, com os pais ou os sogros e também com outros irmãos e irmãs que ainda estão em casa. No momento actual, porém, os irmãos e as irmãs descem para valores mais baixos, sendo esta descida compensada por proporções mais elevadas de sobrinhos e, sobretudo, de descendentes (genros, noras e netos).

De realçar também que no interior dos parentes «colaterais» existem grupos de parentes com pesos diferentes. Os irmãos e as irmãs da mulher e do marido têm, sobretudo nos dois primeiros momentos, valores muito elevados. Comparativamente, os tios e as tias representam apenas uma pequena fatia do total de parentes e estão sempre mais presentes nas famílias alargadas do que nas múltiplas; é, portanto, mais frequente co-residir com uma tia ou um tio sozinho do que com um casal de tios. Quanto aos sobrinhos e às sobrinhas, pesam pouco nos dois primeiros momentos da vida familiar e só assumem valores mais elevados no momento actual (10,5% nas alargadas e 6,3% nas múltiplas) e numa altura em que o peso dos irmãos e das irmãs desce. Assim, à medida que o tempo passa, as famílias incluem cada vez menos parentes da mesma geração (irmãos, irmãs, cunhados e cunhadas), mas abrem-se com alguma frequência aos descendentes desses parentes.

Restam algumas categorias de parentes com valores extremamente baixos, como os padrinhos, considerados no nosso estudo parentesco espiritual em linha ascendente, e os primos. Os primeiros constituem uma categoria muito residual que substitui raramente a co-residência com os outros parentes em linha ascendente. Apesar disso, parece que representam, na cadeia dos laços sociais primários, um vínculo que pode desencadear alguma solidariedade entre as gerações e conduzir à co-residência. Os segundos também se situam nas margens da co-residência. Os primos encontram-se em famílias complexas em que o casal co-reside com um casal de tios e os filhos destes, sozinho com os primos, ou com os sogros/pais e um primo (sobrinho, portanto, dos anteriores). Nota-se, assim, que os laços com os primos acompanham ou resultam de outro vínculo mais forte e recorrente, o dos tios/tias com os sobrinhos/sobrinhas, criando-se a jusante deste laço algumas situações de co-residência com primos.

Por último, as diferenças de género marcam tanto os ascendentes como os parentes colaterais. Em todos os momentos da vida familiar, mas com particular incidência no momento actual, há sempre mais avós, mães, sogras, tias e madrinhas do que avós, pais, sogros, tios e padrinhos. Esta tendência prende-se, sem dúvida, com a esperança de vida mais elevada das mulheres quando comparada com a dos homens, mas também se pode associar a uma tendência para co-residir com mulheres que prestaram ou

prestam cuidados⁷. Já na categoria dos irmãos e das irmãs, o padrão é diferente, existindo alguma tendência para haver mais «irmãos», sobretudo do lado da mulher. É uma situação que se relaciona, muito provavelmente, com a idade mais tardia de casamento dos homens. Assim, quando o casal fica a viver em casa dos pais ou dos sogros ou quando existem irmãos ou irmãs órfãos que foram «criados» pela mulher inquirida, é mais provável que sejam os irmãos, e não as irmãs, que ainda não tenham saído de casa no início da conjugalidade ou na altura do nascimento do primeiro filho.

Familiares co-residentes nas famílias alargadas e múltiplas
por momentos da vida familiar
(em percentagem)

[QUADRO N.º 12.5]

Familiares	Início da conjugalidade		Nascimento do primeiro filho		Actualmente	
	Alargadas	Múltiplas	Alargadas	Múltiplas	Alargadas	Múltiplas
Ascendentes (subtotal).....	75,4	59,5	72,3	58,7	68,3	61,2
Pais (subtotal).....	64,0	57,2	62,2	56,2	65,6	59,1
Pai da mulher.....	3,3	15,6	5,8	16,4	9,4	15,7
Mãe da mulher.....	32,0	16,9	32,1	17,7	34,4	18,9
Sogro.....	12,0	12,1	5,1	10,4	2,6	11,3
Sogra.....	16,7	12,6	19,2	11,7	19,2	13,2
Avós (subtotal).....	10,7	2,1	8,9	2,3	2,7	2,1
Avô da mulher.....	—	0,3	1,9	0,4	—	0,7
Avô da mulher.....	8,7	0,8	5,1	0,9	0,7	0,7
Avô do marido.....	—	0,3	—	0,4	0,7	—
Avô do marido.....	2,0	0,7	1,9	0,6	1,3	0,7
Padrinhos (subtotal).....	0,7	0,2	1,2	0,2	0,0	0,0
Madrinha da mulher.....	0,7	0,1	0,6	0,1	—	—

(continua)

⁷ Alguns estudos qualitativos mostram que as mulheres solteiras, divorciadas ou viúvas tendem a ser inseridas mais sistematicamente nos grupos domésticos dos filhos ou sobrinhos porque ajudam nas tarefas domésticas e nos cuidados a pessoas dependentes (v. Wall, 1998a).

(continuação)

Famíliares	Início da conjugalidade		Nascimento do primeiro filho		Actualmente	
	Alargadas	Múltiplas	Alargadas	Múltiplas	Alargadas	Múltiplas
Padrinho da mulher.....	—	0,1	—	0,1	—	—
Madrinha do marido.....	—	—	0,6	—	—	—
Colaterais (subtotal).....	24,6	40,5	27,7	41,3	28,4	22,2
Tios (subtotal).....	6,8	1,4	6,9	1,8	5,9	0,7
Tio da mulher.....	0,8	0,3	0,6	0,4	1,3	—
Tia da mulher.....	4,0	0,3	3,8	0,4	3,3	—
Tio do marido.....	—	0,4	—	0,4	—	0,7
Tia do marido.....	2,0	0,4	2,5	0,6	1,3	—
Irmãos e cunhados (subtotal).....	15,4	34,5	19,0	36,1	9,9	15,2
Irmão da mulher.....	4,7	10,1	6,4	11,8	5,3	3,1
Irmã da mulher.....	4,0	7,8	3,8	9,3	2,0	4,4
Irmão do marido.....	2,7	8,3	3,8	6,7	1,3	4,4
Irmã do marido.....	4,0	5,2	3,8	5,6	1,3	1,3
Marido da irmã da mulher.....	—	0,5	—	0,6	—	0,7
Mulher do irmão da mulher.....	—	0,8	—	0,4	—	1,3
Marido da irmã do marido.....	—	1,1	0,6	1,0	—	—
Mulher do irmão do marido.....	—	0,5	0,6	0,6	—	—
Cunhado (não especificado).....	—	0,1	—	—	—	—
Cunhada (não especificado).....	—	0,1	—	0,1	—	—
Sobrinhos (subtotal).....	0,8	3,2	0,6	2,8	10,5	6,3
Sobrinho da mulher.....	—	0,7	—	1,0	0,7	3,1
Sobrinha da mulher.....	—	0,7	—	0,4	2,6	1,9
Sobrinho do marido.....	—	1,5	—	1,2	4,6	1,3
Sobrinha do marido.....	0,8	0,3	0,6	0,2	2,6	—
Primos (subtotal).....	1,6	1,4	1,2	0,6	2,1	0,0
Primo da mulher.....	0,8	0,4	0,6	0,1	0,7	—
Prima da mulher.....	0,8	0,4	0,6	0,1	0,7	—
Primo do marido.....	—	0,3	—	0,1	—	—
Prima do marido.....	—	0,3	—	0,3	0,7	—
Descendentes (subtotal).....	—	—	—	—	3,3	16,6
Genros e noras (subtotal).....	—	—	—	—	—	10,1
Nora da mulher.....	—	—	—	—	—	3,2
Genro da mulher.....	—	—	—	—	—	6,9
Netos (subtotal).....	—	—	—	—	3,3	6,5
Neto da mulher.....	—	—	—	—	1,3	2,0
Neta da mulher.....	—	—	—	—	2,0	4,5
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

As razões da complexidade

As razões subjectivas dadas pelas mulheres entrevistadas para a co-residência com outras pessoas foram recolhidas no inquérito através de uma pergunta aberta. A variedade de respostas é, por isso, muito grande e permite efectuar uma análise em dois tempos: uma primeira interpretação qualitativa para apreender o sentido geral das respostas, seguida de uma aproximação mais quantitativa onde se procedeu à classificação das respostas numa tipologia fechada.

Numa primeira leitura notamos que a maior parte das inquiridas apresenta uma resposta em forma de «razão» (*porque...*), respondendo directamente ao «porquê» da pergunta inicial. Vejam-se alguns exemplos típicos de «razões» dadas para a co-residência no início do casamento e a forma como as classificámos.

Problemas de alojamento (classificação: apoio no alojamento):

Porque não tinha casa nem possibilidades para isso.

Porque estávamos à espera de acabar de fazer a nossa casa.

Porque a minha irmã tinha acabado de se separar e não tinha casa.

Porque viemos de África e a irmã do meu marido alojou-nos por algum tempo.

Problemas económicos (classificação: apoio económico):

Porque não tínhamos dinheiro suficiente para morar sozinhos.

Porque não tínhamos estabilidade financeira, estávamos a acabar o curso.

Para cuidar de crianças ou jovens (classificação: apoio às crianças):

Porque fui eu que criei a minha irmã na ausência da minha mãe.

Para cuidar de pessoas idosas ou doentes (classificação: apoio na doença e na velhice):

Porque a minha avó era muito idosa e precisava de companhia.

Porque a minha mãe estava doente, tinha que dar apoio.

Problemas de solidão e isolamento (classificação: apoio no isolamento):

Porque a minha sogra enviuvou, para não ficar sozinha.

Para não ficar sozinha porque o meu marido estava para o estrangeiro.

Desejo de viver juntos (classificação: viver juntos):

Porque o meu marido queria viver com os pais.

Porque eles queriam que vivêssemos com eles.

Por haver uma casa que dava para todos (classificação: casa grande):

Porque a casa era grande e não havia necessidade de arranjar outra.

Ser filho único (classificação: filho único):

Porque o meu marido era filho único e obrigaram-no a ficar.

Porque era filha única.

Poder herdar uma casa (classificação: casa a herdar):

Porque havia interesse pessoal, para poder ficar com a casa.

Poder apoiar a pessoa (solteira) que tomou conta de si em criança (classificação: apoio geral ou indefinido):

Porque foi a minha tia que tomou conta de mim e do meu irmão.

São «razões» que apontam quase sempre para uma lógica de entreaajuda que procura fornecer diversos tipos de apoio ao longo do percurso de vida: alojar, dar apoio económico, cuidar de pessoas dependentes, idosas ou doentes, apoiar na transição para a vida activa (enquanto se acaba o curso), evitar o isolamento e a solidão em certas transições difíceis, como a viuvez. Também revelam outras estratégias familiares, associadas de forma menos explícita à entreaajuda, que podem motivar a co-residência: uma mais centrada numa lógica de sucessão ou de herança (poder ficar com a casa); outra centrada no facto de ser um(a) filho(a) único(a), sendo de notar que esta situação se associa frequentemente a uma pressão familiar forte no sentido de viver com os pais; uma última relacionada com a existência de uma casa grande que, no contexto de «uma vida económica difícil» e da vontade expressa dos ascendentes, estimula a co-residência.

Existe depois um segundo tipo de resposta, sobretudo de pessoas que viveram sempre com os parentes, que abandona a noção do «porquê» e fornece uma explicação em forma de constatação:

Sempre foi assim e estamos bem (classificação: viver juntos).

Vivemos sempre juntos (classificação: viver juntos).

É evidente que, subjacentes a este último tipo de resposta, tanto podem estar estratégias familiares de sucessão como uma vontade de reproduzir sociabilidades mais alargadas ou ainda de não quebrar laços afectivos ou de apoio mútuo com algum parente próximo (filha única, por exemplo). Estas respostas não nos permitem ir mais longe na análise e por isso optámos por inclui-las na categoria «viver juntos».

Para além destas diferenças na justificação da co-residência com outras pessoas, é possível detectar, no interior da lógica de entreaajuda, duas modalidades principais de apoio: o apoio *dado* (pelo casal a outros parentes) e o apoio *recebido* (pelo casal de outros parentes). O casal que, no início da conjugalidade, não tem casa ou rendimentos está a receber o apoio dos parentes que o alojam; quando cuida de uma pessoa doente ou de crianças menores, está a dar apoio. Determinar o sentido dos fluxos de entreaajuda, ou seja, se as famílias estudadas dão ou recebem ajuda, é mais um elemento importante para compreender a dinâmica das solidariedades familiares.

Uma tipologia construída a partir de três eixos – a distinção entre a função «assistencial» (apoiar) e outras «dinâmicas ou contingências familiares» (ser filho único, herdar a casa, ter empregada doméstica, etc.), a natureza do apoio (alojar, dar apoio económico, cuidar na doença ou na velhice, etc.) e a modalidade principal de apoio (recebido ou dado) – dá-nos um primeiro retrato da importância respectiva das razões dadas pelas mulheres inquiridas. Observa-se no quadro n.º 12.6 que dar e receber apoio é a justificação mais frequente para viver com outras pessoas: 91,7% das razões da co-residência no início do casamento, 91,2% na altura do nascimento do primeiro filho e 88,8% no momento actual estão relacionadas com o apoio. Nota-se depois uma diferença significativa entre o apoio recebido e o apoio dado. Nos dois momentos iniciais da vida familiar predomina claramente o apoio recebido (74,7% e 71,3% do total das respostas). No momento actual, a tendência inverte-se e é o apoio dado que sobressai como a razão mais importante para a co-residência (62,4% do total das respostas). Por último, nas razões que se prendem com outras dinâmicas familiares podemos constatar que apenas se destaca com alguma importância a razão «viver juntos». Regista-se, assim, um pequeno número de famílias que justificam a complexidade através da vontade ou do hábito de viverem sempre com outros parentes, revelando uma atitude de maior aceitação ou conformismo relativamente a uma vida familiar em família complexa.

Se se olhar para a natureza do apoio dado e recebido, verifica-se que o apoio no alojamento é o tipo de apoio mais recebido nos dois primeiros momentos da vida familiar. É esmagador, no entanto, o valor que apresen-

ta no início da conjugalidade: 61,2% do total das respostas associam-se ao problema de não ter casa. Por outro lado, no apoio dado é sobretudo o apoio no isolamento e o apoio na doença e velhice que se destacam nos momentos iniciais da vida familiar. Pelo contrário, no momento actual res-

Razões da complexidade doméstica segundo o momento da vida familiar

[QUADRO N.º 12.6]

	Início da conjugalidade (n = 451)	Nascimento do primeiro filho (n = 408)	Actualmente (n = 178)
Apoio recebido (subtotal).....	74,7	71,3	26,4
Alojamento.....	61,2	55,5	17,3
Isolamento.....	0,9	1,2	1,1
Doença e velhice.....	—	—	—
Às crianças.....	0,8	2,1	0,6
Económico.....	5,7	7,7	1,1
Indefinido.....	6,2	4,9	6,3
Apoio dado (subtotal).....	16,4	19,4	62,4
Alojamento.....	1,3	2,4	9,5
Isolamento.....	6,9	7,8	20,8
Doença e velhice.....	4,0	4,1	15,2
Às crianças.....	0,6	1,5	9,5
Económico.....	—	0,2	0,0
Indefinido.....	3,6	3,4	7,4
Apoio dado e recebido (subtotal).....	0,6	0,5	—
Dinâmicas/contingências familiares (subtotal).....	8,1	8,2	11,2
Casa grande.....	1,7	1,7	1,1
Viver juntos.....	4,6	4,5	6,2
Filho único.....	0,9	1,3	2,2
Casa a herdar.....	0,9	0,5	—
Empregada doméstica.....	—	0,2	1,7
Outras razões.....	0,2	0,5	—
Total.....	100,0	100,0	100,0

ressalta não só a importância do apoio dado, mas também alguma mudança na natureza da ajuda: apoiar no isolamento (20,8%) e na doença ou velhice (15,2%) continua a ser o mais importante, mas surgem agora valores bastante elevados no apoio a crianças (9,5%) e no apoio ao alojamento

(9,5%). São os filhos, os netos e os sobrinhos que concorrem também, nesta fase da vida familiar e ao lado dos parentes em linha ascendente, aos apoios e cuidados prestados pelos casais que entram na meia-idade. Vejam-se algumas das razões dadas pelas mulheres entrevistadas sobre o apoio a descendentes no momento actual:

Estou a criar o meu neto, que a minha filha deixou ficar.

O meu filho ficou viúvo, com uma criança pequena, ficaram a viver connosco.

Adoptámos a nossa neta, porque a mãe da criança é incapaz.

Será que as famílias de casais com filhos têm mais tendência para receberem ou para darem apoio? E haverá muitas que receberam e também deram apoio? Uma análise conjunta das razões da complexidade nos três momentos da vida familiar mostra-nos que a maioria, quase dois terços do total, recebeu sempre apoio (quadro n.º 12.7). Os dados parecem confirmar, neste ponto, os estudos realizados noutros países, em que a tendência é para haver um fluxo intenso de entreajuda das gerações mais velhas para as mais novas (Attias-Donfut, 2002). No entanto, contrariando um pouco esta imagem de famílias com filhos sorvedoiras de apoio, é de sublinhar a percentagem bastante elevada de famílias (22,6%) que deram sempre apoio nos três momentos. Juntando estas às que receberam e depois deram apoio, notamos que uma franja considerável das famílias conjugou, no seu quotidiano e ao longo da sua trajectória, responsabilidades com os filhos e responsabilidades com outros parentes que precisavam de apoio. Em suma, cuidar ou apoiar outros parentes não acontece só na chamada geração «sanduíche» dos 50 aos 60 anos. Apesar de não ser a experiência mais comum, pode acontecer bastante mais cedo, logo no início da conjugalidade.

Razões da complexidade nos três momentos (n = 576)

[QUADRO N.º 12.7]

Sempre apoio recebido.....	63,0
Sempre apoio dado.....	22,6
Sempre dinâmica familiar.....	5,6
Apoio dado e apoio recebido.....	5,4
Apoio recebido e dinâmica familiar.....	1,9
Apoio dado e dinâmica familiar.....	1,6
Total.....	100,0

Vida em comum ou vida em separado: a forma social de co-residência

Quando falamos de famílias complexas transmitimos uma ideia de vida familiar «em comunidade», isto é, de um conjunto de pessoas co-residentes que partilham não só o mesmo tecto, mas também a comida, as sociabilidades, o orçamento e outras actividades, como as tarefas domésticas. Para averiguar da relação da co-residência com outros aspectos da vida do grupo doméstico perguntámos às inquiridas se, na altura da co-residência, o casal fazia uma «vida em comum» com as outras pessoas ou uma «vida em separado» (ou «outra situação»). É evidente que esta pergunta, tal como está formulada, é muito geral e é preciso ter alguma prudência na análise. Por exemplo, no caso da «vida em separado», não podemos inferir que não existam interacções significativas ou convívios entre os co-residentes, mas apenas que alguns aspectos importantes da vida familiar não são partilhados. Deste ponto de vista, os estudos qualitativos mostram que, ao utilizarem o termo «vida em separado» ou «vida à parte», as famílias se referem a uma definição clara dos espaços (físicos) atribuídos a cada casal e a uma não partilha do orçamento e das refeições (Wall, 1998a).

Os resultados apontam para uma relação estreita entre a co-residência e a vida em comum com os outros parentes. De facto, a maioria dos casais, nos três momentos da vida familiar, diz que fazia ou faz uma «vida em comum» (85,1% nos dois primeiros momentos e 89,3% no momento actual) (quadro n.º 12.8). Mas existe, apesar de tudo, uma franja importante de casais que afirmam ter uma «vida em separado»: é um pouco mais elevada nos dois primeiros momentos da vida familiar (um casal em cada oito), notando-se, por outro lado, uma diferença nítida entre as famílias alargadas e as múltiplas (quadro n.º 12.9). É sobretudo nas últimas, quando o casal vive com outro casal (e, como já constatámos, isto acontece mais nos primeiros dois momentos e sobretudo por razões de alojamento), que aumenta a proporção de casais que fazem uma vida em separado. Por outro lado, são as razões ligadas à falta de alojamento que se encontram fortemente sobre-representadas nas famílias em que os casais fazem uma «vida em separado». Veja-se, a título de exemplo, o cruzamento da forma social de co-residência com as razões da complexidade no início da vida conjugal (quadro n.º 12.10).

Em conclusão, parece que a coabitação de dois casais no mesmo alojamento, e por razões de alojamento, tende a conduzir com mais frequência a uma forma social de co-residência assente numa «vivência separada»

em que se estabelece, debaixo do mesmo tecto, alguma autonomia para cada família simples ou nuclear.

A forma social de co-residência segundo os momentos da vida familiar (em percentagem)

[QUADRO N.º 12.8]

Forma de co-residência	Início da conjugalidade (n = 469)	Nascimento do primeiro filho (n = 424)	Actualmente (n = 196)
Vida em comum.....	85,1	85,1	89,3
Vida em separado.....	14,7	14,6	10,2
Outra situação.....	0,2	0,2	0,5
Total.....	100,0	100,0	100,0

A forma social de co-residência segundo o tipo de família complexa (em percentagem)

[QUADRO N.º 12.9]

Forma de co-residência	Início da conjugalidade		Nascimento do primeiro filho		Actualmente	
	Alargada	Múltipla	Alargada	Múltipla	Alargada	Múltipla
Vida em comum.....	95,9	82,4	96,0	81,6	95,2	78,5
Vida em separado.....	4,1	17,3	4,0	18,1	4,0	21,5
Outra situação.....	—	0,3	—	0,3	0,8	—
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total absoluto.....	121	341	125	293	125	65

A forma social de co-residência segundo as razões da complexidade no início da vida conjugal (em percentagem)

[QUADRO N.º 12.10]

Razões da complexidade no início da conjugalidade	Todas as famílias	Vida em comum	Vida em separado	Outra situação
Apoio recebido (subtotal).....	74,7	71,9	89,5	100,0
Alojamento.....	61,2	59,0	79,3	100,0
Isolamento.....	0,9	1,1	—	—
Doença e velhice.....	—	—	—	—

(continua)

complexidade é elevada (sempre ligeiramente acima da média); nas famílias onde a mulher tem o ensino secundário ou mais, a proporção de famílias complexas está sempre muito abaixo da média (entre 6 e 10 pontos percentuais).

No que diz respeito ao tipo de família complexa, também existem diferenças. Embora predominem sempre, nos dois primeiros momentos, as famílias múltiplas no interior das famílias complexas, este tipo de grupo doméstico tem um peso maior nas famílias onde a mulher possui uma escolaridade baixa. No início da vida conjugal esta importância acrescida das famílias múltiplas estende-se até às famílias onde a mulher possui o ensino secundário; assim, neste momento inicial da vida conjugal é só nas famílias onde a mulher tem uma escolaridade acima do secundário que diminui a importância relativa da família múltipla. Na altura do nascimento do primeiro filho, pelo contrário, encontramos de novo a dualidade já referida: é nas famílias onde a mulher possui, no máximo, uma escolaridade obrigatória que se mantém a importância relativa das famílias múltiplas. Por último, no momento actual, em que as famílias múltiplas são sempre minoritárias, continua a ser no grupo das mulheres com escolaridade mais baixa que se encontram proporções um pouco mais elevadas de famílias múltiplas.

Quando se olha para as trajectórias domésticas, verifica-se a mesma tendência de um universo de famílias dividido em duas partes: uma (possuindo no máximo a escolaridade obrigatória) com percentagens de trajectórias «sempre simples» abaixo da média e trajectórias «sempre complexa» e «complexa para simples» acima da média; outra (possuindo uma escolaridade acima da obrigatória) com percentagens de trajectórias «sempre simples» acima da média, trajectórias «sempre complexa» abaixo da média e, curiosamente, percentagens de trajectórias «simples, complexa, simples» acima da média (quadro n.º 12.12). Estes dados sugerem, no caso das mulheres com perfil mais escolarizado, uma tendência ligeiramente mais marcada para co-residirem com outras pessoas na transição para a parentalidade, sobretudo quando esta transição, por algum motivo, é sentida como difícil:

Eu já trabalhava e, como eram duas gémeas, fomos morar com os meus sogros para que a minha sogra me pudesse ajudar.

O bebé necessitava de condições especiais, a minha mãe cuidava dele.

Tive medo de não saber cuidar do bebé pequenino e a minha sogra ensinou-me a cuidar dele.

Para ajudar a cuidar do bebé.

Trajectória doméstica segundo a escolaridade actual da mulher
(n = 1745)

[QUADRO N.º 12.12]

	Todas as famílias	Sem escolaridade	Primário	Básico	Secundário	Pós-secundário	Licenciatura completa ou mais
Sempre simples.....	63,2	55,1	62,4	61,0	67,0	73,5	69,9
Sempre complexa.....	7,0	7,7	8,6	7,4	3,1	3,1	4,3
Complexa para simples.....	23,9	26,9	24,0	26,7	20,1	18,4	17,2
Simples para complexa.....	4,5	10,3	4,3	3,6	7,2	1,0	5,4
Simples, complexa, simples.....	1,4	-	0,7	1,4	2,6	4,1	3,2
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

$$\chi^2 = 45,57; DF = 20; p < 0,001 (cf = 0,16).$$

As razões da complexidade não variam muito segundo o nível de escolaridade da mulher (quadros n.ºs 12.13, 12.14 e 12.15). É interessante, no entanto, sublinhar algumas diferenças ligeiras nos perfis segundo a escolaridade. Comparadas com as mulheres que possuem, no máximo, a escolaridade básica, as mulheres mais escolarizadas referem menos a razão do alojamento e mais o apoio económico, sugerindo que o apoio no início da vida a dois é dado a casais que ainda não têm independência económica. Nos meios menos escolarizados nota-se, pelo contrário, a importância do problema do acesso a uma casa própria. Por outro lado, ainda nas mulheres mais escolarizadas constata-se uma tendência mais marcada para receberem e darem apoio no isolamento, para receberem apoio às crianças na altura do nascimento do primeiro filho e também, no momento actual, para darem apoio e já não o receberem, e apenas a pessoas sós, doentes e idosas, e não a crianças.

Temos assim, no momento actual, dois perfis que se desenham: por um lado, nas mulheres mais escolarizadas, um padrão menos carenciado, já que os problemas de alojamento e económicos praticamente não existem, e também de prestação de apoio aos ascendentes; por outro lado, nas mulheres menos escolarizadas, um padrão ainda algo carenciado, em que muitos casais com filhos ainda recebem apoio no alojamento no momento actual, mais centrado no hábito de «viver juntos» e no apoio aos descendentes. Esta tendência prende-se, sem dúvida, não só com carências eco-

nómicas, mas também com o facto de as mulheres menos escolarizadas casarem e terem os filhos mais jovens, o que as leva por vezes a enfrentarem, mais cedo do que a geração sanduíche clássica, problemas de alojamento na geração dos filhos e a necessidade de darem apoio a netos. Neste último perfil, trajectórias de vida centradas em escolaridades curtas e casamentos em idades jovens, carências habitacionais e complexidade familiar imbricam-se assim de uma forma particular, conduzindo na prática a um número mais elevado de famílias complexas ao longo da trajectória familiar, o que não significa, necessariamente, tratar-se de estratégias familiares mais centradas no apoio aos familiares próximos.

Razões da complexidade doméstica no início da conjugalidade segundo a escolaridade actual da mulher

[QUADRO N.º 12.13]

	Todas as famílias	Sem esc./ primário	Básico	Secundário e superior
Apoio recebido (subtotal).....	74,7	77,3	69,9	76,4
Alojamento.....	61,2	64,8	57,7	56,2
Isolamento.....	0,9	0,4	0,7	2,9
Doença e velhice.....	—	—	—	—
Às crianças.....	0,8	0,4	0,7	1,4
Económico.....	5,7	4,6	5,5	10,1
Indefinido.....	6,2	7,0	5,5	5,7
Apoio dado (subtotal).....	16,4	15,3	17,8	16,7
Alojamento.....	1,3	1,0	1,8	1,4
Isolamento.....	6,9	6,5	6,7	8,3
Doença e velhice.....	4,0	3,2	4,9	4,2
Às crianças.....	0,6	1,0	—	1,4
Económico.....	—	—	—	—
Indefinido.....	3,6	3,7	4,3	1,4
Dinâmicas/contingências familiares.....	8,1	6,5	11,1	6,9
Casa grande.....	1,7	1,4	2,5	1,4
Viver juntos.....	4,6	3,7	6,2	4,1
Filho único.....	0,9	0,9	0,6	1,4
Casa a herdar.....	0,9	0,5	1,8	—
Outras razões.....	0,2	1,0	1,2	—
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0
Total absoluto.....	451	216	163	72

Razões da complexidade doméstica no nascimento do primeiro filho segundo a escolaridade actual da mulher

[QUADRO N.º 12.14]

	Todas as famílias	Sem esc./ primário	Básico	Secundário e superior
Apoio recebido (subtotal).....	71,3	72,6	70,0	72,2
Alojamento.....	55,5	57,8	56,7	44,7
Isolamento.....	1,2	1,0	0,6	3,5
Doença e velhice.....	—	—	—	—
Às crianças.....	2,1	1,0	2,7	5,1
Económico.....	7,7	7,1	6,7	12,0
Indefinido.....	4,9	5,5	3,3	6,8
Apoio dado (subtotal).....	19,4	19,2	19,3	19,7
Alojamento.....	2,4	1,6	2,7	5,0
Isolamento.....	7,8	8,1	7,3	6,6
Doença e velhice.....	4,1	4,1	4,0	5,0
Às crianças.....	1,5	2,0	0,6	1,6
Económico.....	0,2	0,5	—	—
Indefinido.....	3,4	3,0	4,6	1,6
Dinâmicas/contingências familiares.....	8,2	7,6	9,3	6,6
Casa grande.....	1,7	1,0	2,7	1,7
Viver juntos.....	4,5	4,6	5,3	1,7
Filho único.....	1,3	1,5	0,7	1,7
Casa a herdar.....	0,5	0,5	0,7	—
Empregada doméstica.....	0,2	—	—	1,7
Outras razões.....	0,5	0,5	1,3	1,6
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0
Total absoluto.....	408	197	150	61

Razões da complexidade doméstica actualmente segundo a escolaridade actual da mulher

[QUADRO N.º 12.15]

	Todas as famílias	Sem esc./ primário	Básico	Secundário e superior
Apoio recebido (subtotal).....	26,4	28,1	27,3	18,5
Alojamento.....	17,3	19,8	17,5	9,2
Isolamento.....	1,1	1,1	1,9	—
Doença e velhice.....	—	—	—	—
Às crianças.....	0,6	—	1,9	—

(continua)

(continuação)

	Todas as famílias	Sem esc./ primário	Básico	Secundário e superior
Económico.....	1,1	1,1	1,9	—
Indefinido.....	5,7	6,2	3,8	9,2
Apoio dado (subtotal).....	62,4	62,5	58,2	70,4
Alojamento.....	9,5	11,6	10,9	—
Isolamento.....	20,8	21,2	12,7	37,0
Doença e velhice.....	15,2	9,6	18,2	29,6
As crianças.....	9,5	12,7	9,1	0,0
Económico.....	—	—	—	—
Indefinido.....	6,8	7,5	7,3	3,7
Dinâmicas/contingências familiares.....	11,2	9,4	14,5	11,1
Casa grande.....	1,1	—	3,6	—
Viver juntos.....	6,2	7,3	7,3	—
Filho único.....	2,2	2,1	1,8	3,7
Casa a herdar.....	—	—	1,8	—
Empregada doméstica.....	1,7	—	—	7,4
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0
Total absoluto.....	178	96	55	27

A classe social

A classe social é uma variável que permite identificar com alguma nitidez os meios sociais onde existe uma tendência forte para a complexidade (quadro n.º 12.16). Os camponeses são os que mais se destacam em qualquer momento da vida familiar, remetendo-nos para estratégias de co-residência que assentam em lógicas de sucessão e não só nos fluxos e refluxos da necessidade de apoio. Nos outros «meios populares» – empregados executantes, operários industriais, operários agrícolas e agrícolas casados com operários industriais – as proporções de famílias complexas também estão sempre acima do valor-padrão em todos os momentos da vida familiar (à excepção, no momento actual, dos operários agrícolas que têm uma percentagem muito baixa de famílias complexas, sugerindo menos apoio «dado» aos parentes através da co-residência).

No pólo oposto estão os empresários e dirigentes, os profissionais intelectuais e científicos, os profissionais técnicos e os independentes e pequenos patrões, com proporções de famílias complexas sempre abaixo da média, mas alguma variação nos perfis, se tivermos em conta os diferentes momentos da vida familiar. Os casais de empresários e dirigentes têm valores muito baixos de complexidade nos dois primeiros momentos, mas

um valor próximo da média no momento actual: a complexidade neste meio social parece assentar mais no «dar apoio» a ascendentes e menos no apoio recebido através da co-residência quando se inicia a vida familiar. Nas outras três situações de classe, os valores da complexidade já são um pouco mais elevados nos dois primeiros momentos, destacando-se, por outro lado, os casais de profissões intelectuais e científicas com um valor mais elevado (na média) de famílias complexas na altura do nascimento do primeiro filho. Podemos colocar a hipótese de que o investimento em cursos superiores nestas famílias conduza a uma necessidade acrescida de apoio na altura do nascimento do primeiro filho, quer seja para não pôr em causa o fim do curso, quer seja para permitir um investimento importante no trabalho nos primeiros anos da vida activa.

De salientar, por último, que no momento actual da vida familiar a situação é mais parecida. Apesar de algumas situações de classe terem valores ligeiramente mais elevados de famílias complexas, estas diferenças já não são significativas.

Em suma, podemos dizer que é o problema do apoio ao casal nos primeiros anos de vida conjugal que mais diferencia as estratégias de co-residência dos casais que se encontram nas diversas situações de classe. Apesar de o apoio económico e de alojamento no início da vida conjugal se colocar em todas as situações de classe, é claramente nos meios mais desfavorecidos que esta questão surge com mais acuidade.

Tipos de grupo doméstico segundo a classe social actual do casal por momentos da vida familiar

[QUADRO N.º 12.16]

	Todas as famílias	ED	PIC	PTEI	IPP	C	EE	OI	EE + + OI	AA + + OI
Início da conjugabilidade (n = 1694)										
Simplex.....	69,4	82,5	75,9	75,8	73,9	62,4	65,5	65,7	66,9	65,6
Complexas.....	30,6	17,5	24,1	24,2	26,1	37,7	34,4	34,2	33,0	34,4
Alargadas.....	8,2	7,5	6,9	8,4	7,1	5,9	11,6	6,9	9,2	8,2
Múltiplas.....	22,4	10,0	17,2	15,8	19,0	31,8	22,8	27,3	23,8	26,2
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

$\chi^2 = 28,72$; $DF = 16$;
 $p < 0,02$ ($cf = 0,13$)

(continua)

(continuação)

	Todas as famílias	Sem esc./ primário	Básico	Secundário e superior
Económico.....	1,1	1,1	1,9	—
Indefinido.....	5,7	6,2	3,8	9,2
Apoio dado (subtotal).....	62,4	62,5	58,2	70,4
Alojamento.....	9,5	11,6	10,9	—
Isolamento.....	20,8	21,2	12,7	37,0
Doença e velhice.....	15,2	9,6	18,2	29,6
As crianças.....	9,5	12,7	9,1	0,0
Económico.....	—	—	—	—
Indefinido.....	6,8	7,5	7,3	3,7
Dinâmicas/contingências familiares.....	11,2	9,4	14,5	11,1
Casa grande.....	1,1	—	3,6	—
Viver juntos.....	6,2	7,3	7,3	—
Filho único.....	2,2	2,1	1,8	3,7
Casa a herdar.....	—	—	1,8	—
Empregada doméstica.....	1,7	—	—	7,4
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0
Total absoluto.....	178	96	55	27

A classe social

A classe social é uma variável que permite identificar com alguma nitidez os meios sociais onde existe uma tendência forte para a complexidade (quadro n.º 12.16). Os camponeses são os que mais se destacam em qualquer momento da vida familiar, remetendo-nos para estratégias de co-residência que assentam em lógicas de sucessão e não só nos fluxos e refluxos da necessidade de apoio. Nos outros «meios populares» – empregados executantes, operários industriais, operários agrícolas e agrícolas casados com operários industriais – as proporções de famílias complexas também estão sempre acima do valor-padrão em todos os momentos da vida familiar (à excepção, no momento actual, dos operários agrícolas que têm uma percentagem muito baixa de famílias complexas, sugerindo menos apoio «dado» aos parentes através da co-residência).

No pólo oposto estão os empresários e dirigentes, os profissionais intelectuais e científicos, os profissionais técnicos e os independentes e pequenos patrões, com proporções de famílias complexas sempre abaixo da média, mas alguma variação nos perfis, se tivermos em conta os diferentes momentos da vida familiar. Os casais de empresários e dirigentes têm valores muito baixos de complexidade nos dois primeiros momentos, mas

um valor próximo da média no momento actual: a complexidade neste meio social parece assentar mais no «dar apoio» a ascendentes e menos no apoio recebido através da co-residência quando se inicia a vida familiar. Nas outras três situações de classe, os valores da complexidade já são um pouco mais elevados nos dois primeiros momentos, destacando-se, por outro lado, os casais de profissões intelectuais e científicas com um valor mais elevado (na média) de famílias complexas na altura do nascimento do primeiro filho. Podemos colocar a hipótese de que o investimento em cursos superiores nestas famílias conduza a uma necessidade acrescida de apoio na altura do nascimento do primeiro filho, quer seja para não pôr em causa o fim do curso, quer seja para permitir um investimento importante no trabalho nos primeiros anos da vida activa.

De salientar, por último, que no momento actual da vida familiar a situação é mais parecida. Apesar de algumas situações de classe terem valores ligeiramente mais elevados de famílias complexas, estas diferenças já não são significativas.

Em suma, podemos dizer que é o problema do apoio ao casal nos primeiros anos de vida conjugal que mais diferencia as estratégias de co-residência dos casais que se encontram nas diversas situações de classe. Apesar de o apoio económico e de alojamento no início da vida conjugal se colocar em todas as situações de classe, é claramente nos meios mais desfavorecidos que esta questão surge com mais acuidade.

Tipos de grupo doméstico segundo a classe social actual do casal por momentos da vida familiar

[QUADRO N.º 12.16]

	Todas as famílias	ED	PIC	PTEI	IPP	C	EE	OI	EE + +OI	AA + +OI
Início da conjugalidade (n = 1694)										
Simplex.....	69,4	82,5	75,9	75,8	73,9	62,4	65,5	65,7	66,9	65,6
Complexas.....	30,6	17,5	24,1	24,2	26,1	37,7	34,4	34,2	33,0	34,4
Alargadas.....	8,2	7,5	6,9	8,4	7,1	5,9	11,6	6,9	9,2	8,2
Múltiplas.....	22,4	10,0	17,2	15,8	19,0	31,8	22,8	27,3	23,8	26,2
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
$\chi^2 = 28,72$, $DF = 16$, $p < 0,02$ (cf = 0,13)										

(continua)

(continuação)

	Todas as famílias	ED	PIC	PTEI	IPP	C	EE	OI	EE + OI	AA + OI
Nascimento do primeiro filho (n = 1754)										
Simplex.....	73,4	87,5	73,6	81,9	77,0	67,0	71,6	69,4	71,0	71,9
Complexas.....	26,6	12,5	26,4	18,2	23,0	33,0	28,4	30,6	29,0	28,1
Alargadas.....	8,2	10,0	8,0	7,3	7,4	7,7	11,0	7,8	8,2	7,8
Múltiplas.....	18,4	2,5	18,4	10,9	15,6	25,3	17,4	22,8	20,8	20,3
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
$\chi^2 = 28,87$; $DF = 15$; $p < 0,02$ (cf = 0,13)										
Actualmente (n = 1776)										
Simplex.....	88,1	90,0	92,1	92,3	87,9	83,5	87,1	88,2	86,7	93,8
Complexas.....	11,9	10,0	7,8	7,7	12,1	16,5	12,9	11,8	13,2	6,2
Alargadas.....	7,8	10,0	5,6	6,7	7,5	8,8	9,6	6,7	9,6	3,1
Múltiplas.....	4,1	—	2,2	1,0	4,6	7,7	3,3	5,1	3,6	3,1
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
$\chi^2 = n. s.$										

O ano de entrada na conjugalidade e a idade das mulheres

O ano de entrada na conjugalidade também tem mais influência nos grupos domésticos no início da vida familiar (primeiros dois momentos) do que no momento actual. No quadro n.º 12.17 podemos ver que um terço dos casais que entraram na conjugalidade nos anos 70 e no princípio dos anos 80 viveu numa família complexa. Nos anos 90, apenas 20,6% dos casais ficaram a viver com outras pessoas.

Como se depreende das «razões» referidas pelas mulheres, existem vários factores que nos anos 70 e início dos anos 80 podem ter contribuído para esta situação: salários baixos, difíceis condições de vida em termos de conforto e bem-estar, rendas altíssimas, difícil acesso à habitação própria, retorno das ex-colónias, migrações internas para a cidade que fizeram aumentar o número de barracas nas zonas urbanas. As condições de vida e de alojamento melhoraram gradualmente ao longo dos anos 80 e 90 (Barreto, 1995; INE, 2002): por exemplo, no plano da habitação, o número de alojamentos cresceu, passando de 2,3 milhões em 1970 para 3

Tipos de grupo doméstico segundo o ano de entrada na conjugalidade por momentos da vida familiar

[QUADRO N.º 12.17]

	Todas as famílias	Até 1979	1980-1984	1985-1989	A partir de 1990
Início da conjugalidade					
Simplex.....	69,4	65,9	66,4	72,7	79,3
Complexas.....	30,6	34,1	33,7	27,4	20,6
Alargadas.....	8,2	8,5	9,1	7,9	5,7
Múltiplas.....	22,4	25,6	24,6	19,5	14,9
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total absoluto...	1694	496	541	483	174
$\chi^2 = 16,25$; $DF = 6$; $p < 0,01$ (cf = 0,10)					
Nascimento do primeiro filho					
Simplex.....	73,4	69,6	70,8	77,4	82,4
Complexas.....	26,6	30,3	29,2	22,6	17,6
Alargadas.....	8,2	8,8	9,4	6,9	6,7
Múltiplas.....	18,4	21,5	19,8	15,7	10,9
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total absoluto...	1754	520	565	504	165
$\chi^2 = 17,61$; $DF = 6$; $p < 0,005$ (cf = 0,10)					
Actualmente					
Simplex.....	88,1	85,8	88,1	89,4	91,2
Complexas.....	11,9	14,2	11,8	10,6	8,8
Alargadas.....	7,8	10,0	7,4	7,3	4,4
Múltiplas.....	4,1	4,2	4,4	3,3	4,4
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total absoluto...	1776	522	565	508	181
$\chi^2 = n. s.$					

milhões em 1991 (3,5 milhões em 2001), e o acesso à habitação própria conheceu um forte incremento, passando de 48% em 1970 para 64% em 1991 e 76% em 2001.

Do ponto de vista dos casais estudados, a melhoria nas condições de vida e no acesso à habitação parece ter tido um impacto importante na sua co-residência com outros parentes: a percentagem dos que vivem em famílias complexas no início da conjugalidade desce de 34,1% nos anos 70 para 27,4% na segunda metade dos anos 80 e 20,6% nos anos 90. A co-residência na altura do nascimento do primeiro filho (nascido, em média, 2,4 anos depois do início da conjugalidade) segue a mesma tendência: 30,3% dos casais que casaram nos anos 70 viviam com outras pessoas quando tiveram o primeiro filho, mas apenas 17% dos que casaram nos anos 90.

Se se olhar para a trajetória doméstica, também se nota que a trajetória «sempre simples» aumenta claramente ao longo das últimas décadas (quadro n.º 12.18). Curiosamente, a trajetória «sempre complexa» altera-se pouco, sendo a «complexa para simples», associada à complexidade nos primeiros momentos da vida familiar, a que mais decresce. Por último, podemos observar que a trajetória «simples para complexa» aparece, ao contrário das trajetórias já referidas, com um valor acima da média no caso das mulheres que casaram nos anos 70. Trata-se, neste caso, da influência da idade da mulher, ou seja, são as mulheres mais velhas (e, portanto, as que casaram nos anos 70 ou início dos anos 80) que, no momento actual, começam a ter de prestar cuidados a pessoas idosas ou sozinhas da geração acima ou a netos; são elas, portanto, que têm mais tendência para estarem hoje a viver em famílias complexas, sobretudo nas alargadas. Para confirmar esta interpretação podemos observar, por um lado, no quadro n.º 12.17, que estas mulheres se encontram maioritariamente em famílias alargadas e, por outro lado, se cruzarmos o tipo de grupo doméstico com a idade actual da mulher, que é nas mulheres acima dos 40 anos, e sobretudo nas que têm entre 45 e 49 anos, que se encontram no momento actual percentagens mais elevadas de co-residência com outras pessoas e de famílias alargadas (quadro n.º 12.19).

A influência da idade da mulher na co-residência também pode ser analisada através de um segundo indicador: a idade da mulher no momento da entrada na conjugalidade. No quadro n.º 12.20 constata-se que as mulheres que casam numa idade muito jovem, com menos de 20 anos, têm mais tendência para viverem com outros parentes: apenas metade (55,3%) dessas mulheres viveu sempre em famílias simples. O efeito da idade «jovem» da mulher ainda se pode detectar quando ela entra na conjugalidade entre os 20 e os 24 anos (64% viveram sempre em famílias simples), enquanto, a partir dos 25 anos, predomina claramente a trajetória «sempre simples».

Trajectoria doméstica por ano de entrada na conjugalidade

[QUADRO N.º 12.18]

	Todas as famílias	Até 1979	1980-1984	1985-1989	A partir de 1990
Sempre simples.....	63,2	56,8	60,3	68,9	75,2
Sempre complexa.....	7,0	6,6	7,1	7,4	6,7
Complexa para simples.....	23,9	27,9	26,3	20,1	14,5
Simples para complexa.....	4,5	7,0	4,3	2,8	3,0
Simples, complexa, simples.....	1,4	1,7	2,0	0,8	0,6
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total absoluto.....	1745	516	562	502	165

$$\chi^2 = 39,33; DF = 12; p < 0,000 (cf = 0,15).$$

Tipos de grupo doméstico no momento actual segundo a idade actual da mulher

[QUADRO N.º 12.19]

	Todas as famílias	25-29 anos	30-34 anos	35-39 anos	40-44 anos	45-49 anos
Simples.....	88,1	89,6	89,7	89,3	88,7	82,2
Complexas.....	11,9	10,4	10,3	10,7	11,3	17,8
Alargadas.....	7,8	5,2	5,7	7,2	7,6	13,0
Múltiplas.....	4,1	5,2	4,6	3,5	3,7	4,8
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total absoluto.....	1776	77	350	568	512	269

$$\chi^2 = 14,95; DF = 8; p < 0,05 (cf = 0,10).$$

Por outras palavras, para perceber os valores mais elevados da complexidade familiar temos de cruzar duas grandes tendências. Por um lado, encontramos valores elevados de famílias complexas nos primeiros momentos da vida familiar e nos casais que casaram nos anos 70 ou início dos anos 80. Por outro lado, constatamos, no momento actual, uma tendência mais marcada para a complexidade nas famílias das mulheres mais velhas. No primeiro caso, a complexidade familiar associa-se às famílias múltiplas, a mulheres que casaram jovens e ao apoio recebido (devido a

carências económicas e de alojamento); no segundo caso, a complexidade associa-se às famílias alargadas, a mulheres mais velhas que estão a chegar à chamada «geração sanduíche» e ao apoio dado.

Trajectória doméstica segundo a idade da mulher no momento de entrada na conjugalidade

[QUADRO N.º 12.20]

	Todas as famílias	Até 19 anos	20-24 anos	25-29 anos	30 e mais anos
Sempre simples.....	63,2	55,3	64,0	70,9	68,3
Sempre complexa.....	7,0	8,0	6,3	8,0	6,1
Complexa para simples.....	23,9	30,4	24,0	15,6	17,1
Simple para complexa.....	4,5	3,9	4,7	4,5	6,1
Simple, complexa, simple.....	1,4	2,5	1,0	1,0	2,4
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total absoluta.....	1745	438	936	289	82

$$\chi^2 = 33,76; DF = 12; p < 0,001 (cf = 0,14).$$

Complexidade e orientação

As famílias podem ter orientações diversas relativamente às suas interações com outros parentes. Para sondar esta questão, no inquérito quisemos saber se o casal procura ter contactos muito ou pouco frequentes com outros parentes, se a escolha da casa tinha a ver com a proximidade a que ficava do resto da família e também se o casal procura apoiar sempre os outros parentes ou apenas em caso de necessidade. Um dos nossos objectivos era percebermos se uma orientação mais «familiarista» tinha algum impacto na co-residência. Podia pensar-se, por exemplo, que os casais que procuram apoiar sempre os parentes ou viver na proximidade dos mesmos tivessem valores mais elevados de famílias complexas ou de trajectórias centradas na complexidade. Num segundo momento queríamos comparar esse impacto com o das variáveis mais relacionadas com as condições de existência das famílias (posição social, ano de entrada na conjugalidade).

Tipos de trajectória doméstica segundo a orientação

[QUADRO N.º 12.21]

	Sempre simples	Sempre complexa	Complexa para simples	Simple para complexa	Simple, complexa, simple	Total
Todas as famílias.....	63,2	7,0	23,9	4,5	1,4	100,0
Contactos com parentes (n = 1743):						
Muito frequentes.....	65,1	7,3	22,3	4,4	0,9	100,0
Relativamente frequentes.....	61,6	6,4	25,1	4,7	2,2	100,0
Pouco frequentes.....	57,8	7,8	28,3	4,2	1,9	100,0
$\chi^2 = n. s.$						
Escolha da casa (n = 1736):						
Proximidade da família.....	60,0	10,1	24,9	3,9	1,1	100,0
Afastamento da família.....	57,1	2,4	33,3	4,8	2,4	100,0
Irrelevante.....	65,7	5,1	22,8	4,8	1,6	100,0
$\chi^2 = 22,37; DF = 8; p < 0,005 (cf = 0,11)$						
Apoio familiar (n = 1743):						
Apoiarem-se sempre.....	62,7	7,9	23,1	4,9	1,4	100,0
Apoio necessidade.....	63,8	6,6	24,2	4,2	1,2	100,0
Não apoio.....	63,5	4,0	26,5	3,5	2,5	100,0
$\chi^2 = n. s.$						

Os resultados mostram que a orientação dos casais entrevistados relativamente ao apoio e ao convívio com outros parentes tem pouco impacto nas trajectórias domésticas de co-residência. Podemos realçar, apesar de tudo, alguma influência da segunda variável (escolha da casa): nos casais com uma orientação mais familiarista na escolha da casa a trajectória «sempre complexa» revela um valor acima da média (quadro n.º 12.21). É a trajectória, como sabemos, mais associada à vontade e ao hábito de «viver juntos», assim como a estratégias de herança da própria casa. Pelo contrário, nos casais com uma orientação mais «familiarista» do ponto de vista dos convívios e do apoio essa influência praticamente já não existe. Tanto num caso como no outro, os valores dos diferentes tipos de trajectória doméstica estão todos próximos do valor médio.

Nota-se depois uma influência que vai no sentido oposto àquele que prevíamos. São os casais com uma orientação menos «familiarista» – aqueles que procuram, na escolha da casa, um afastamento da família – que têm um valor elevado de trajectórias «complexa para simples» (10 pontos percentuais acima do valor-padrão). Por outras palavras, a co-residência no início da vida familiar, sobretudo por razões de alojamento, parece associar-se, mais tarde, a um desejo de alguma distância residencial dos parentes próximos.

Comparando as variáveis de orientação com as variáveis sociais já analisadas, não podemos deixar de salientar o impacto mais significativo na co-residência das variáveis que se relacionam de perto com as condições de existência das famílias (nível de instrução, situação de classe, ano de entrada na conjugalidade). Os constrangimentos e as limitações de ordem material, decorrentes das posições sócio-profissionais e dos contextos sociais na altura da formação da família, são mais determinantes da co-residência do que propriamente as orientações face às interacções com os parentes. Em segundo lugar, é importante sublinhar que as orientações familiaristas parecem poder existir independentemente da co-residência, isto é, o desejo de dar sempre apoio a parentes próximos pode passar por soluções que não impliquem necessariamente a co-residência de parentes próximos debaixo do mesmo tecto e por longos períodos.

A região

Num capítulo sobre os grupos domésticos de co-residência não podíamos deixar fazer uma breve referência ao impacto da região geográfica. Foi a grande variável de explicação explorada pelos cientistas sociais Le Plaisians no princípio do século XX e foi a que despertou um novo entusiasmo nos anos 70, quando se retomou a análise social dos grupos domésticos de co-residência. Tanto no princípio do século como nos anos 70, os contrastes sociais entre o Norte e o Sul, em termos de religião, grupos sócio-profissionais, demografia, tipo de propriedade e de sociedade rural, eram muito marcados, justificando a atenção privilegiada dada a esta variável. Na ausência de inquéritos específicos, era também uma variável independente que podia ser facilmente utilizada a nível dos recenseamentos da população. Sem poder aqui referir em detalhe todos os resultados e o debate à volta desta questão, importa relembrar que os dados mostraram o domínio da família nuclear ou simples em todas as regiões do país, diferenciando-se, no entanto, o Norte rural, em particular o Noroeste, por percentagens um pouco mais elevadas de famílias complexas.

Tipos de trajectória doméstica segundo a região (NUTSII)

[QUADRO N.º 12.22]

	Todas as famílias	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
Sempre simples.....	63,2	60,9	62,8	65,0	68,5	62,3
Sempre complexa.....	7,0	10,0	6,3	4,6	4,5	6,6
Complexa para simples.....	23,9	24,4	25,3	22,9	22,5	23,0
Simple para complexa.....	4,5	3,9	3,9	5,6	3,4	4,9
Simple, complexa, simple.....	1,4	0,8	1,6	1,9	1,1	3,3
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

$$\chi^2 = 23,69; DF = 16; p < 0,05 \text{ (cf} = 0,12).$$

Os resultados do nosso inquérito permitem identificar, para as famílias de casais com filhos, diferenças pouco significativas nas trajectórias domésticas segundo a região (quadro n.º 12.22). A trajectória «sempre simples» predomina em todas as regiões e também é interessante constatar que a trajectória «complexa para simples», tão ligada ao problema do alojamento no início da vida familiar, atravessa de forma igualmente elevada todas as regiões do país. De salientar, no entanto, algumas diferenças. O Norte, onde se encontram sobrerrepresentados os casais de camponeses, operários e pluriactivos, destaca-se por uma percentagem um pouco mais elevada de trajectórias «sempre complexas» (10%, ou seja, 3 pontos percentuais acima da média) e uma percentagem um pouco menos elevada de trajectórias «sempre simples». O Sul, nomeadamente a Região de Lisboa e o Algarve, regista percentagens ligeiramente acima da média nas trajectórias «simples, complexa, simples» e «simples para complexa», mais associadas, como já vimos, às famílias onde as mulheres possuem uma escolaridade elevada.

A região continua, assim, a diferenciar de forma ténue a co-residência, deixando entrever a marca de processos sociais (como a semi-industrialização) e de composições sócio-profissionais diversas e desiguais. Mas é mais a semelhança do que a diferença que parece ressaltar aqui da análise da co-residência segundo a região. Trata-se, por um lado, do peso predominante da família simples e, por outro, da importância transversal de certas trajectórias residenciais assentes na complexidade em certos momentos da vida familiar: a «complexa para simples», associada a ca-

rências no início da vida familiar, e a «simples para complexa», associada ao apoio dado no momento actual.

Conclusão

Retomando a nossa discussão inicial sobre a co-residência, importa realçar os aspectos fundamentais da análise desenvolvida ao longo deste capítulo. A este respeito, podemos referir, em síntese, cinco conclusões.

Do ponto de vista da variação da co-residência ao longo da vida familiar, verificamos que a maior parte das famílias estudadas viveu sempre em famílias simples. No entanto, é ainda bastante elevado o número de famílias – uma em cada três (37%) – que residiram nalgum momento, ao longo da sua trajectória, numa família complexa. A co-residência com outras pessoas é, maioritariamente, um acontecimento pontual do percurso familiar, destacando-se na nossa população a trajectória «família complexa para família simples» em que o casal vive com os pais, do marido ou da mulher, no primeiro ou nos dois primeiros momentos da vida familiar (no início da vida conjugal, na altura do nascimento do primeiro filho). Existe depois uma segunda trajectória típica, de «família simples para família complexa», mais minoritária, em que o casal passa a residir com outros parentes depois de ter vivido em família simples, em geral para lhes dar, e não para receber, apoio. Cruzam-se assim, nas famílias estudadas, duas grandes tendências: por um lado, a tendência para os casais recém-formados, sobretudo os mais jovens, residirem com outros parentes, geralmente ascendentes, em famílias múltiplas e por motivos de alojamento e apoio económico; por outro, uma tendência para os casais mais velhos (sobretudo quando as mulheres têm mais de 40 anos) passarem a viver em famílias alargadas, com parentes, ascendentes ou descendentes, que precisam de apoio. O que mais nos surpreendeu nestes resultados foi o peso das famílias complexas no início da vida conjugal.

Uma segunda conclusão prende-se com a estrutura do parentesco nas famílias complexas. Os laços sociais primários em que se baseia a partilha de um tecto comum são, quase sempre, os do parentesco restrito: em primeiro plano, encontramos os parentes em linha vertical, ascendentes e descendentes; num plano mais recuado, os colaterais próximos, ou seja, os irmãos e as irmãs, os tios e as tias, os sobrinhos e as sobrinhas. Os laços familiares que atravessam a família complexa são, basicamente, todos os que derivam da família nuclear de orientação (tanto do lado do marido como do lado da mulher) e da família de procriação, mas é preciso ter em

conta que a linha vertical predomina sobre a horizontal: privilegiam-se os parentes em linha ascendente e descendente (avós, pais, filhos, genros e noras, netos), atribui-se alguma importância à fratria e, na sequência desta, também se estabelece um vínculo relevante com os descendentes dos irmãos (laço tio-sobrinho); os laços entre primos são, pelo contrário, mais ténues, conduzindo muito raramente à co-residência. Por último, apesar de os parentes serem mais do lado da mulher do que do lado do homem, constatámos que a bilateralidade do parentesco é mais importante no início da vida conjugal, quando se trata de apoiar economicamente ou alojar um casal recém-formado, e menos importante nos outros momentos da vida familiar, em que se trata, mais do que no primeiro momento, de prestar cuidados (femininos) a pessoas dependentes.

De realçar, em terceiro lugar, que o significado da co-residência com outras pessoas assenta, como era esperado, no «apoio» recebido e dado ao longo do percurso de vida familiar, ou seja, numa lógica de «assistência» e entreajuda, sendo, por outro lado, minoritários os significados centrados numa lógica de herança, no desejo de viver juntos (que pode camuflar uma lógica semelhante), na apropriação do filho único ou na delegação do trabalho doméstico (contratação de uma empregada interna). Mas este não é, talvez, o resultado mais interessante. Se olharmos para a natureza do apoio recebido e dado, descobrimos que se estabelece uma relação clara entre os constrangimentos económicos e habitacionais e a complexidade familiar. De facto, a falta de casa é de longe a razão mais referida para justificar a co-residência em famílias complexas nos primeiros momentos da vida familiar. Observa-se, além disso, uma relação estreita entre o problema do alojamento, a família múltipla e uma forma social de co-residência centrada na «vida em separado» dos casais co-residentes. Quando a norma de independência residencial não se concretiza, procura-se, por vezes, estabelecer alguma autonomia para cada casal debaixo do mesmo tecto. Conclui-se, assim, que residir numa família complexa, sobretudo múltipla, não significa, sempre e necessariamente, viver numa comunidade familiar.

Apesar da importância da lógica de «sobrevivência», relacionada com as carências materiais das famílias, não devemos deixar de reflectir sobre os outros motivos, para dar ou receber apoio, apresentados pelas mulheres entrevistadas. Trata-se de motivos que se prendem, por um lado, com a necessidade de prestar cuidados a crianças, a pessoas doentes e a idosos dependentes e, por outro, com a vontade de «fazer companhia» a pessoas que se encontram de repente sozinhas, quer por ausência, quer por morte do cônjuge, ou ainda de dar apoio de uma forma indefinida a pessoas adultas que não têm outros parentes próximos. No primeiro caso subli-

nam-se os problemas de dependência e doença, no segundo os de solidão e de isolamento social ou familiar. É interessante verificar que a solidão e o isolamento têm pouco a ver com a lógica de sobrevivência, relacionando-se de uma forma mais directa com uma representação familialista da vida doméstica: a autonomia residencial da pessoa sozinha sem cônjuge, ao contrário da autonomia residencial do casal, é considerada de uma forma algo negativa, uma «solidão» que se pode alterar através da co-residência com outras pessoas. Observamos, em suma, que os significados da co-residência são diversos e que se impõe alguma prudência no sentido de não reduzir a questão da complexidade familiar ao problema das carências materiais. O peso destas últimas é, de facto, incontornável, mas também descobrimos, no interior da solidariedade «assistencial» aos parentes próximos, a importância de duas outras lógicas: uma lógica de «cuidados a pessoas dependentes» e uma lógica de «inclusão familiar» de pessoas sós.

Quarta conclusão: o impacto das variáveis relacionadas com as condições de existência das famílias parece resistir, teimosamente, às mudanças na sociedade portuguesa. Quisemos comparar, neste capítulo, a influência da posição social (medida aqui através do nível de escolaridade e da classe social) com a da orientação subjectiva das inquiridas em relação às interações com outros parentes. Descobrem-se ténues impactos da orientação, enquanto a posição social mantém a sua influência decisiva. De referir, a este respeito, que, apesar de algumas especificidades segundo a situação de classe, encontramos um universo de famílias dividido em dois grandes perfis. Nos meios populares, o que, *grosso modo*, recobre as famílias onde a mulher possui no máximo a escolaridade básica, desenha-se um perfil de «dependência residencial». Caracteriza-se por valores mais elevados de famílias complexas, assim como das múltiplas no interior destas, e pela saliência dos problemas de falta de alojamento que justificam a co-residência com outras pessoas e persistem até ao momento actual. Sabendo-se que nestes meios sociais as transições para a vida activa e para a parentalidade se fazem em idades mais jovens, notamos também, neste perfil, que existe uma tendência para a imbricação, cedo no percurso de vida, de pessoas de várias gerações a necessitarem de apoio residencial; é, por exemplo, nas famílias deste perfil que surge, no momento actual, o apoio dado a descendentes co-residentes (sobrinhos e netos). Nos meios mais escolarizados (em que as mulheres possuem pelo menos o ensino secundário) desenha-se, pelo contrário, um perfil de «apoio residencial em caso de necessidade». Caracteriza-se por uma maior independência residencial, assente em valores elevados de famílias simples e de trajetórias em que se passa de família «simples para complexa», pela menor incidência

do problema de alojamento e sua total ausência no momento actual, e por significados da co-residência mais relacionados com lógicas de «cuidados» e de «inclusão familiar». Neste perfil, a co-residência com outros parentes é quase sempre ocasional, respondendo a dificuldades ou necessidades momentâneas de apoio.

Um último comentário para dar conta das mudanças operadas nas últimas décadas a nível dos grupos domésticos de co-residência. Quando olhamos para a co-residência à luz da coorte de entrada na conjugalidade, observamos uma tendência crescente, nas últimas décadas, para viver em família simples, sem outras pessoas, nos primeiros momentos da vida conjugal, ou seja, encontramos um decréscimo do perfil de «dependência residencial». É uma mudança significativa e que pode sugerir algumas interpretações relativamente à evolução da co-residência em Portugal. Podemos considerar, por exemplo, que a gradual diminuição das famílias complexas em Portugal se deve, se não em toda, pelo menos em grande parte, às alterações desde os anos 70⁹ nas condições de vida e de alojamento dos casais recém-formados. É provável também que esta tendência não se vá inverter. Sabemos que ter uma casa é um dos princípios mais importantes para a formação de uma família e podemos pensar que, numa sociedade em vias de modernização, para além de alguma evolução em termos de políticas sociais e de habitação, os valores da autonomia e da individualização se vão reforçar, acentuando a vontade de autonomia residencial dos casais e dos indivíduos, mesmo em caso de dependência ou doença. Isto não significa necessariamente, como já dissemos na introdução, um enfraquecimento das solidariedades familiares, que se podem mobilizar e concretizar de diversas formas, que nem sempre implicam a co-residência em famílias complexas. Mas é, sem dúvida, um sinal de maior independência residencial e, por conseguinte, da privacidade do casal.

⁹ É evidente que, neste contexto, temos de ter em conta os diferentes aspectos das alterações que podem ter condicionado a autonomia residencial, desde as recomposições sócio-profissionais que retiraram grande parte da população do sector agrícola até à maior mobilidade geográfica das populações, sem esquecer as mudanças nos valores e as políticas sociais e de habitação implementadas.